ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA, REALIZADA NO DIA OITO DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM (08-03-2021).

Ao oitavo dia do mês de março de dois mil e vinte e um, na Câmara Municipal de Mariana, às treze horas e vinte e sete minutos realizou-se a reunião da Comissão Permanente de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo (Presidente: Mauricio Antônio Borges Andrade e Silva; Vice-Presidente: Ricardo Miranda Thomaz; Vogal: Edson Agostinho). **Estiveram presentes:** os vereadores José Antunes, José Sales, Fernando Sampaio, Manoel Oliveira, Marcelo Macedo, Pedro Ulisses, Ronaldo Bento e Sônia Azzi; o Secretário Municipal de Saúde, Danilo Brito e o Secretário Municipal de Governo, Edvaldo Andrade. **ABERTURA:** Em nome de Deus e de todos os cidadãos Marianenses Maurício Borges declarou aberta a reunião. Seguidamente foi dispensada a leitura e aprovada a ATA da última segunda-feira sem ressalvas. Posteriormente, quebrando protocolo, Mauricio Borges parabenizou todas as mulheres pelo dia internacional da mulher, acrescentando que o dia fosse de reflexão e que pudessem fazer com que as esferas Municipal, Estadual e Federal executassem as medidas que são de proteção e defesa da mulher, na oportunidade parabenizou Sônia Azzi destacando que está nesta Casa como representante de todas as mulheres. Em seguida, Mauricio Borges disse que contavam com a presença do Secretário Danilo Brito para a explanação do seu projeto de Lei nº 34/2021 que autoriza o município de Mariana a ingressar no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraopeba (ICISMEP) e dá outras providências. Acrescentou que Danilo Brito esteve na Comissão de Finanças, Legislação e Justiça pontuando e defendendo seu projeto e que estariam também colocando o projeto em discussão. Com a palavra Danilo Brito cumprimentou a todos e da mesma forma parabenizou as mulheres pelo dia internacional da mulher, acrescentando que elas, tem assumido os cargos públicos de destaque e que sempre diz que a mulher é mais organizada que os homens para executar suas atividades, que ela planeja e realiza de forma correta. Seguidamente disse que é um momento ruim na saúde do país, que é um momento ruim na regional de saúde e que gostaria muito, dentro de um ano comemorar, mas disse que infelizmente há nada a comemorar e que pelo contrário, estávamos batendo o recorde de mortes nas ultimas vinte e quatro horas e que dessa forma encaminharam para a Câmara os projetos de lei nº 34 e 35 os quais gostaria de contextualizar pelo que Mariana vem passando e pela dificuldade de se conseguir profissionais de Saúde. Dessa forma iniciou sua explanação pelo o projeto de lei nº 34/2021 o executivo vem solicitar autorização para ingressar no consórcio público ICISMEP e conforme já foi explanado pela manhã a importância do consórcio para Mariana ingressar é que primeiro toda macrorregião utiliza desse consórcio, além disso, disse que Ouro

Preto, Mariana e Itabirito também utilizam e que o que precisam é buscar mais profissionais médicos, e ter valores competitivos para buscar esses profissionais no mercado e conforme detalhado na parte da manhã possuem contrato com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga em Ponte Nova (CISAMAP – Ponte Nova) mas que por mais que nos outros exames de diagnóstico, imagem o consórcio consegue atender, hoje já não se consegue atender com a procura de profissionais médicos plantonistas e pede urgência porque hoje a policlínica está funcionando vinte e quatro horas em duas estruturas, na urgência e na fisioterapia, salientando que criaram o espaço para pacientes com Covid. Além disso, relatou existir quantitativo de médicos sem a existência de horas disponíveis por parte desses profissionais e que ele precisa cobrir as cinquenta e duas mil horas, das vinte e quatro que é urgência que compete ao município. Disse ainda que tem um agravante que é o que o profissional médico não pode ter um salário maior que o salário do prefeito que é de vinte e quatro mil, e que constitucionalmente ele não pode extrapolar, tendo contrato com o município. E dessa mesma forma estão buscando um valor no plantão de doze horas em torno de mil quinhentos e sessenta de segunda a sexta e mil e seiscentos de sábado e domingo e que o município deixa de pagar, recolher o INSS, haja vista que são profissionais contratados pelo processo seletivo do Município além dos que atendem pelo Consorcio, dessa forma o Município acaba economizando um pouco na questão de migrar, mas que o desafio é conseguir os profissionais e que esse é o motivo por estarem ingressando no Consorcio, lembrando que estão à procura do melhor preço. Em seguida explicou o projeto de lei nº 35/2021 que dispõe do pagamento de bolsa incentivo aos médicos preceptores especialistas da Atenção Primária, em seguida explicou como funciona, dizendo que quando o profissional médico se forma ele passa a ser um Clínico Geral e ele pode optar por ser médico plantonista na urgência ou médico na Atenção Primária. Acrescentou dizendo que existe um convênio com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) para acordo de cooperação de ensino e o objetivo é formar médicos especialistas na UFOP e fazer com que eles fiquem na região de Mariana, Ouro Preto e que precisam buscar mais dois médicos especialistas, haja vista que possuem um. Com a finalidade de cada médico receber dois residentes da área da Saúde, da estratégia de saúde da família e esses dois residentes atuarem nas unidades como médico sendo hoje o impacto financeiro de zero reais, porque para esse preceptor estão criando uma bolsa de preceptoria no valor de dois mil reais e o critério é a formação do médico em estratégia da saúde da família. E que o salário hoje é no valor de doze mil setecentos e noventa e seis reais. Em seguida fez um comparativo a Ouro Preto em que o salário é de quatorze mil e oitocentos e Itabirito quase dezessete mil reais e que quando fazem um projeto desse, os profissionais vão para Ouro Preto porque a cidade paga mais, dessa forma precisão criar essa bolsa para dar um incentivo. E acrescentou dizendo que o impacto é zero, haja vista que para cada residente receberá o valor de quatro mil

reais cadastrado no Ministério da Saúde. Posteriormente disse que todos os leitos estão ocupados e que tiveram que abrir o leito Covid, onde estão estabilizando os pacientes para quando surgir vaga na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) encaminha-los. Em seguida disse que o período de fevereiro para março é o pior momento já que é quando os profissionais médicos fazem as provas para a residências. Dessa forma, perderam mais de oito médicos e acrescentou dizendo que precisam de salários competitivos. Com a palavra Mauricio Borges parabenizou o Secretário Danilo Brito pelo belo trabalho frente a Secretaria de Saúde, dizendo que está sempre mostrando a transparência e o compromisso com a saúde de Mariana destacando que tem sofrido a falta de médicos e que vê que é um projeto que tem como objetivo otimizar o trabalho medico na saúde devido a situação que nos encontramos, dando ênfase na importância de se colocar o médico da estratégia da saúde a família. Com a palavra Marcelo Macedo disse que gostaria de questionar a respeito da sala de vacina no bairro Cabanas, mas que não encaminhou ofício e irá encaminhar. Em resposta Mauricio Borges disse que esteve com o Secretário de Saúde e pontuou para ele essa questão diante da dificuldade que as pessoas estão tendo de se locomover para chegar à central de vacina próximo à praça da estação e que Danilo Brito antecipou que esta semana iniciará os trabalhos e atendimentos da central de vacina. Com a palavra Danilo Brito disse que realmente foi uma demanda que Mauricio Borges levou até ele em uma reunião a respeito da vacinação e disse que quando fizeram a reforma desceram e que as duas profissionais que lá se encontram na central são excelentes profissionais e que tiveram que contratar algumas profissionais técnicas para compor a equipe de vacinação e que o que irão fazer é subir com uma, juntamente com uma técnica contratada e que essa semana já retornarão com a estrutura de vacinação no prédio dois no bairro Cabanas. Com a palavra Marcelo Macedo disse que citou essa demanda em Plenário diante a vários questionamentos dos moradores em relação a essa sala. Em seguida questionou qual Projeto de Lei (PL) seria mais importante o 34 ou 35. Em resposta Danilo Brito disse que na verdade os dois. Em seguida Sônia Azzi questionou ao Danilo Brito se quando faltar algum médico quem seria o responsável, o município ou o consórcio em procurar alguém para substituir. Em resposta Danilo Brito disse que isso muda o formato atual que possuem hoje, que outras localidades estão fazendo por PJ e se o profissional não pode vir ou teve que se afastar por motivos de doença, o consórcio é obrigado a substituir esse profissional. Posteriormente Sônia Azzi questionou se tem o número de médicos que serão contratados. Danilo Brito explicou que possuem médicos plantonistas contratados hoje no município e que esses cargos foram criados no município na Câmara de Leis em dois mil e quatorze onde criaram-se sessenta e quatro cargos plantonistas. Em seguida disse que quando se cria esse cargo em lei, pela constituição deve-se abrir um concurso público, mas que nunca foi realizado esse concurso para médico plantonista e dessa forma fizeram um processo seletivo em dois mil e dezoito e dois mil e

dezenove e que tem hoje regime de contratação na Unidade de Pronto Atendimento, plantonistas contratados pelo município pelo processo seletivo e nenhum efetivo. Acrescentou dizendo que além disso, a Câmara aprovou cargos em extinção e dessa forma não podem fazer concurso público e que hoje terão que migrar os que estão no Consórcio CISAMAP e também os que são contratados pelo Município e que o ideal é migrar todos para o Consórcio e que dessa forma farão o repasse para o Consórcio e o Consórcio irá contratar os profissionais, destacando que irão buscar outras especialidades que possuem dificuldade de encontrar na região. Salientou que passou da hora de os municípios abrirem um processo contra o Estado. Dando a certeza de que o estado não paga nenhum centavo e quem banca é o município. Com a palavra o vereador Gilberto Mateus fez questionamentos a Danilo Brito dizendo que falta carros em Constantino haja vista que a população reclama sempre e que muitas vezes tem que pagar um carro devido à distância disse ainda que fez uma indicação de deixar um carro por conta da população para a Saúde. Posteriormente disse que seu segundo questionamento é se seria possível deixar um vigilante na Policlínica central já que a portaria fica abandonada. Com a palavra Danilo Brito disse que em relação a Constantino o projeto de lei nº 35, caso consigam contratar esse médico preceptor e levar para o Distrito de Furquim irão levar um médico e mais dois médicos residentes para atender a população, e dessa forma irão atender Paraíso, Constantino, Margarida Viana, Castro, Cuiabá e Goiabeiras. E disse que pensa o contrário que precisa levar atendimento para a população e que irão reformar a Unidade do local e que tem o levantamento de trinta famílias, informou ainda que já estão com esse mapeamento e que o atendimento no local está sendo de quinze em quinze dias e que ao levar o profissional para o local semanalmente este pode trazer as demandas para Mariana, quando entender que o paciente precisa de uma especialidade, já vindo agendada desde o local, sendo essa forma chamada de consultas eletivas. Em seguida disse que em questão de urgência deve ser o Samu ou então devem ligar na Unidade de Furquim para poder mandar o transporte para o local. Já em relação aos quatro vigias o que possuem hoje são vigias que fazem doze por trinta e seis na policlínica, mas que não pode colocar o vigia para controlar público já que ele é vigilante patrimonial e na semana passada passaram para o Secretário de Governo, juntamente com Edvaldo onde pediram um assistente social para o serviço de urgência porque estão rodando vinte e quatro horas hoje e também pediram quatro profissionais administrativos para poderem fazer esse controle de fluxo de entrada e saída das pessoas para cobrir o turno de vinte e quatro horas, cobrindo assim o turno de doze por trinta e seis colocando de forma orientativa para apenas um acompanhante entrar, mas disse que as pessoas não tem respeitado porque querem saber o que está acontecendo. Além disso, disse que como a policlínica poucas vezes ficou com pacientes entubados, muitas vezes as pessoas ficam curiosa em saber como é um paciente que está entubado relatando que é desagradavel porque o paciente

entubado deve fica despido, tornando constrangedor para o paciente e assim sendo precisam reduzir o fluxo de pessoas dentro do Pronto Atendimento (PA), mas que conseguirão resolver esse problema. Em seguida Marcelo Macedo disse que gostaria de fazer uma pergunta fora de pauta, haja vista que estão sendo questionados a respeito da vacinação da servidora Sudene, pedindo para que Danilo Brito explicasse porque ela foi vacinada e se é verídico. Com a palavra Danilo Brito disse que é um momento importante porque se está seguindo o protocolo correto não existe problema. Dessa forma explicou que o plano é Plano Nacional de Imunização (PNI), e que cabe ao município apenas seguir. E em relação a servidora Sudene, ela estava nomeada coordenadora do Centro Técnico Vocacional (CVT). Porém foi exonerada e entrou para a saúde no dia primeiro de março. Assim como três assessores e um motorista que foram para a Casa de Apoio desde o dia primeiro de março. Sendo assim devem cumprir o número dos protocolos e disse que a Sudene entra no item oito; profissionais de Secretárias de estrutura administrativa. Disse que em sua opinião deveria ser dada a preferência aos idosos e aos que possuem comorbidades, e que não concorda com a forma que está sendo feita a distribuição, afirmando estar seguindo à risca o protocolo do Ministério da Saúde e que sexta-feira encaminha as demandas das pessoas que estão sendo vacinadas no Município. Acrescentou ainda a dificuldade em relação ao tempo para que as pessoas recebam a vacina, dizendo que é uma falta de respeito do Presidente da República quando abre mão de setenta milhões de doses da vacina da Pfizer, dando exemplo dos Estados Unidos em que houve redução dos óbitos dos idosos, haja vista que priorizaram os idosos, além do Irã que está voltando a vida ao normal porque levaram a sério a política de imunização, dizendo que o caminho é esse. Posteriormente disse que defende muito o Sistema Único de Saúde (SUS) e acredita muito nele, mas disse que pela primeira vez está torcendo para que o Supremo Tribunal Federal (STF) permita que cada município compre suas doses porque quem possui dinheiro irá comprar e quem não tiver, não. Acrescentou dizendo que vários municípios estão se organizando em meio à consórcios para comprar a vacina, mas que o Presidente não compra e não deixa os municípios comprarem. Informou ainda que não possuem apoio por parte do estado. Além disso, disse que as doses estão rendendo três doses quando deveriam render dez, porque quando envasam, deixam sobrar. Informou ainda que não pode proibir as pessoas de tirarem fotos e fazerem vídeos, já que a determinação é o contrário, se a família quiser filmar para ver se a pessoa está sendo imunizada ela tem esse direito, haja vista que estão vendo as pessoas injetarem vento no país. Em seguida Marcelo Macedo disse que também teve questionamentos em relação aos médicos veterinários que foram vacinados. E disse que são coisas que fogem do controle e que o objetivo é esclarecer a informação já que são sempre questionados por pessoas idosas. Com a palavra Danilo disse que não só esses profissionais como também os profissionais da Consel, dos laboratórios, fizeram o cadastro e estão apenas

buscando o direito deles que está no Plano de Imunização. Além disso, disse não ser contra esses profissionais, mas que ele, se pudesse fazer pelo município daria preferência para os idosos. Em seguida Marcelo agradeceu a explicação. Posteriormente, com a palavra Ricardo Miranda cumprimentou as mulheres em nome da vereadora Sônia Azzi e disse que gostaria de entender, porque normalmente os projetos chegam a Casa, são ouvidos em plenário para depois ser encaminhados as Comissões e questionou se dessa forma estariam apenas discutindo o projeto. Em resposta Mauricio Borges disse que na realidade esse projeto foi discutido na Comissão de Legislação, Justiça e Finanças e está sendo discutido agora e será lido e colocado em única discussão e votação, se todos concordassem. E como o Secretário precisa da urgência de votar esse projeto, veio até está Casa explanar seu projeto, para que quando lido na reunião ordinária todos já tivessem um conhecimento sobre o projeto. Com a palavra Pedro Ulisses cumprimentou todos os presentes e aproveitando a presença do Secretário de Saúde, através de uma visita no Subdistrito de Vargem disse que alguns moradores questionaram sobre a Unidade Básica de Saúde (UBS) ter uma sala de fisioterapia e não ter o profissional no local. E que gostaria de saber se realmente procede, se o município está tomando alguma medida ou se através desse Consorcio irão disponibilizar um funcionário capacitado para atender as demandas. Em resposta Danilo Brito disse que o que acontece com o setor de fisioterapia é que estão voltando com alguns setores de forma presencial. E que o que tem feito em alguns pontos é voltar de forma presencial e em outros de forma online a fim de orientar a população, como preconiza o Ministério da Saúde. Em seguida, se comprometeu em procurar saber sobre Vargem e dar resposta ao Vereador. Em seguida Pedro Ulisses disse que queria afirmar que fez uma indicação para tal solicitação e que também queria dentro das possibilidades do Secretário saber sobre a possível disponibilização de um veículo na comunidade da Vargem para poder estar atendendo à área da Saúde porque através de visitas puderam perceber que se trata de uma comunidade muito carente e que devido a essa carência, quando precisam de uma consulta de emergência não possuem transporte e que muitas vezes tem que pagar do próprio bolso valores de duzentos reais para transporte até o município de Mariana e acrescentou dizendo que dessa forma poderiam procurar parcerias para ver a possibilidade de um transporte e de uma ambulância que atenda a comunidade da Vargem. Com a palavra Danilo Brito disse que levarão essa demanda para ser discutida com o Prefeito haja vista que o transporte não é só a ambulância no local, ela deve ser regulada e então precisam discutir essa questão até pela complexidade da estrada no período de chuvas, mas já que fizeram a indicação irão dar a resposta seja positiva ou negativa. Em seguida o vereador Edson Agostinho cumprimentou a todos e pediu a Danilo Brito, atenção especial ao posto de Campinas que está faltando terminar. Em resposta Danilo Brito disse que fizeram na semana passada a troca de todo o telhado e que é uma unidade que será entregue no máximo de dez dias, explicou que trocaram

todo o revestimento, todo o piso e que foi uma unidade muito cobrada por parte da população. Em seguida o vereador José Antunes cumprimentou a todos e deu saudações pelo dia da mulher, parabenizando Sônia Azzi em nome de todas as mulheres. Em seguida perguntou a Danilo Brito, se já possui ala de fisioterapia em Furquim e Santa Rita Durão. Com a palavra Danilo Brito disse que Santa Rita possui e está no mesmo formato de voltar o atendimento no local e Furquim estão reformando e ampliando uma parte externa e que o atendimento de Furquim hoje está sendo na Praça da Estação. Em seguida José Antunes disse que fez essa indicação e que está sendo protocolada hoje e pediu atenção especial. Com a palavra Mauricio Borges colocou o projeto de lei nº 34/2021 em votação. Com a palavra Ricardo Miranda questionou se de acordo com o regimento interno a ordem era para ser lido em plenário, ir para as Comissões e ser votado. Mauricio Borges concordou. Posteriormente solicitou que o procurador da Casa Corjesus Quirino retirasse as dúvidas do vereador. Com a palavra Corjeus Quirino disse que esse projeto chegou hoje e foi exposto já na Comissão de Justiça, Legislação e Finanças com urgência e que sem precisar de convocação está presente o Secretário de Governo, Edvaldo Andrade e o Secretário de Saúde, Danilo Brito para explanar sobre as nuances dos Projetos de Lei com pedido de urgência , acionando o vereador Adimar na Comissão de Justiça, Legislação e Finanças em única discussão e votação, e disse que essa consulta será realizada novamente pelo Presidente da Casa, Ronaldo Bento, às dezesseis horas. Porém, invertendo a ordem para que o projeto seja colocado em urgência de acordo com o artigo 175, parágrafo segundo que pode ser discutido votado em única discussão sendo apreciado antes mesmo da leitura das Comissões, e que ele tornasse público a partir da leitura às dezesseis horas dessa forma nova consulta é feita aos vereadores e havendo concordância será apreciado e votado em única discussão e votação. Com a palavra Ricardo Miranda disse que sabe da importância do projeto diante do momento que estão vivendo em função da pandemia como o Secretário explanou em relação as demandas de falta de ajuste e deu voto favorável. Em seguida com a palavra Edson Agostinho deu parecer favorável ao projeto, explicando que o Secretario Danilo Brito sanou a dúvidas. Posteriormente, com a palavra o vereador Marcelo Macedo disse que *"quero discordar do procurador da Casa, que o Plenário é soberano, mas não em tudo e que estão invertendo a ordem da votação do projeto nesta Casa, que o projeto foi protocolado no dia quatro, não foi lido, não foi encaminhado para as Comissões e disse que não se discuti um projeto em plenário sem conhecimento dos vereadores, haja vista que deveriam receber esse projeto via e-mail. Entendo a necessidade do projeto, mas o projeto está tramitando em contramão ao regimento interno da Casa. E não existe pedido de urgência, que deve estar no plenário com pedido de urgência, mas que ele não foi lido ainda. Então veja bem, o plenário não tomou conhecimento do projeto sendo lido, ele vai ser lido hoje na reunião das dezesseis horas, depois que lido o projeto, o Presidente que está aí na sala, sabe como funciona, e que vem*

conduzindo com muita maestria e muita responsabilidade a presidência desta Casa e sabe melhor do que qualquer um de nós porque ele é do Direito, ele sabe como funciona a lei. Então veja bem eu sei da importância do projeto, sei o quão nesse momento de pandemia ele irá nos ajudar, mas para não fugir do mérito regimental, mas é o que deve ser feito, devem tentar levar essa coisa da Câmara mais sérias, essas Comissões devem ser mais sérias, não pode ser assim, eu discordo do que o procurador falou. Cada hora você arruma um artigo para tentar argumentar um regimento que seja a lei orgânica eu discordo. É a mesma coisa o Ricardo, é membro da Comissão, pergunta ao Presidente Ricardo se você pode pedir vista ao projeto agora. Ninguém quer tumultuar o processo, ninguém quer votar contra ainda mais sabendo da importância desse Consorcio. O que não se pode é querer votar as coisas da forma que está sendo feita ai. Então não pode, não se pode fazer dessa forma. Então eu deixo claro aqui que é direito do vereador pedir vista, é direito do vereador pedir adiamento de votação. Eu não entendo porque cada vez que a gente vem ao plenário vem com um discurso diferente e Vossa Excelência Mauricio enquanto presidente da Comissão sabe o que estamos falando, que ninguém quer votar contra esse projeto não. Qual vereador que vai votar contra esse projeto. Estiveram na reunião de Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, discutiram o projeto, perguntei, questionei, mas foi da mesma forma como temos discutido na maneira regimental ele não está correto. E é só isso que eu queria contribuir com a Comissão, mas o Ricardo tem razão, tem dúvida. Eu já discuti, li o projeto, sei da importância desse projeto do Consorcio, sei que precisamos dos médicos, que estamos precisando de profissionais nesse momento difícil de pandemia em nossa cidade, que assola nosso país, mas as coisas na Câmara não podem ser desse jeito não, infelizmente está colocando em cheque o trabalho desta Casa, uma Casa tricentenária, uma Casa séria, nós somos quinze vereadores que temos que ter o compromisso com a população Marianense em discutir dentro da legalidade, dentro do regimento da Lei orgânica, então eu não posso ficar aqui ouvindo essas coisas e ficar calado, na verdade todos nós temos o direito de questionar e as pessoas que estão assistindo a reunião até para entender. Então, eu acho que prejudica e muito o projeto quando ele não é discutido, quando não se quer discutir o projeto. Então o projeto foi protocolado quinta-feira dia quatro e hoje são oito, tem quatro dias esse projeto na Casa. Então veja bem nós temos que caminhar as coisas nessa Casa dentro da Lei, aqui é uma Casa de Leis. É uma Casa que, gente olha a responsabilidade nossa, de cada vereador, olha a responsabilidade das Comissões de assinar um parecer. Meu discurso não é contra o projeto, meu discurso é contra a forma que está sendo tramitado os projetos nesta Casa. O procurador é muito inteligente, ele sabe muito bem do que eu estou falando. Então veja bem, fica aqui a minha indignação da forma que está sendo tramitado, tanto a reunião de Comissão de Finanças como essa reunião. Acho que tem que ter o entendimento de todos os vereadores de que as coisas não funcionam dessa forma. Aqui é uma Casa de Leis e Leis à serem

cumpridas. Então fica aqui minhas considerações Sr. Presidente em relação a esse PL..". Com a palavra Mauricio Borges agradeceu pelo posicionamento e sugestão e disse que queria dizer à Marcelo Macedo que ele tem acompanhado as reuniões das Comissões e que discorda quando Marcelo diz que as Comissões devem ser sérias pois estão ali, tanto ele como o vereador Ricardo Miranda, como o vereador Edson Agostinho procurando sempre fazer o trabalho de forma correta e que vê que Marcelo Macedo tem visto o esforço deles em poder realmente fazer com que a Comissão seja uma reunião de uma forma democrática em que todos os vereadores possam falar e lembrou que não tem tirado o direito de nenhum vereador. Mas que por outro lado o que quer dizer para Marcelo Macedo é que tem que respeitar a Comissão anterior e receber o Secretário de Saúde Danilo para poder se posicionar e explanar sobre o projeto e que vê que é um respeito que se tem por essa Casa também em poder trazer o projeto e explanar o projeto e que este poderia sim ser lido o projeto a reunião ordinária e ser pedido em única discursão e votação e não ter explanação do Secretário e que ele aceitou que o Secretário pudesse trazer a defesa do projeto para que todos os vereadores pudessem ter conhecimento do projeto. E que estão ali para fazer um trabalho com transparência. Com a palavra Corjeus Quirino disse que pode ser invertida a ordem dos fatores a qualquer momento, que a soberania do Plenário é plena, e que foram consultadas duas Comissões, portanto havendo a concordância ele poderá ser votado em única discussão e votação. E que o que fizeram em atitude a respeito ao Executivo para que não trave os trabalhos da Secretaria de Saúde foi discutir o projeto antes mesmo dele ser lido. Apesar de que todos os vereadores já tinham o projeto no e-mail desde a quinta-feira, um protocolado as quatorze horas, outro protocolado as dezesseis horas, e acrescentou dizendo que já poderiam ter vindo com pedido de extraordinária e dessa forma, o Prefeito e o Presidente desta Casa ter convocado na sexta feira as dezessete horas. E disse estar atento a proposição protocolada quinta-feira e que estão com os pareceres prontos. Para que a população não vá dizer depois que morreram mais Marianenses por omissão da Câmara ou porque a Câmara travou um projeto. E dessa forma, estão labutando da melhor forma possível para que as coisas aconteçam, e disse à Marcelo Macedo que sabe que o Plenário tem o poder de inverter e que pode ser invertido, segundo o artigo 175, parágrafo segundo que é claro quando diz que havendo a maioria da Casa, maioria absoluta, pode ser invertido, mas disse que nada impede de o regimento ser seguido à risca. E disse que essa antecipação é uma antecipação de cautela, de serviço e obrigatoriedade de todos. E que caso chegue o momento da votação, o vereador solicitar a vista esta será concedida. Dizendo que não fere a Leis orgânica desta Casa. Dessa forma, com a palavra Maurício Borges informou sobre o parecer favorável do projeto de lei nº 34/2021 para ir para à pauta da reunião do mesmo dia as dezesseis horas. Com a palavra o vereador Marcelo Macedo disse que sabe que o procurador da Casa teve tempo de estudar o projeto e dar o parecer com cinco minutos, devido a sua competência

nesta Casa todos esses anos, e disse que gostaria de perguntar se ele leu o anexo desse PL nº 35 que demonstra o impacto financeiro. E disse que estão discutindo um PL nº 34, que demonstra todo o impacto financeiro, que dispõe do pagamento de bolsas de incentivo aos médicos, e que o impacto financeiro acompanha uma série de outros, e que não estava conseguindo entender. Em seguida disse ter um impacto que discorre de outras Secretarias e disse que o procurador deve se atentar ao que vem da prefeitura dizendo estar errado. Além disso, disse que sobre o PL nº 35/2021 já esclareceu suas dúvidas com o secretário Danilo Brito e que a respeito do PL nº 34/2021 não veio com impacto financeiro e disse que teve que esclarecer suas dúvidas em plenário. E questionou se poderiam ter o direito de comentar nas comissões e mostrar que está errado, acrescentou que não conseguiu retirar suas dúvidas na Comissão de Finanças, Legislação e Justiça, dizendo ser humanamente impossível o diálogo. Posteriormente Maurício Borges questionou se Marcelo participou da reunião. Em seguida Marcelo prosseguiu dizendo que as dúvidas que tinha, Danilo Brito já esclareceu, que estava demonstrando a forma como está sendo tramitado, que ninguém está contra o PL, que ele sabe da importância desse consórcio, tanto sabe que tinha várias dúvidas e disse que já esclareceu com o Secretário de Saúde e disse estar questionando a forma regimental e que o Plenário é soberano, mas que existe um tramite regimental. E pediu para os projetos fossem tramitados da forma correta e que isso já foi conversado em reunião interna. Disse que o líder de governo Fernando Sampaio estava presente na reunião e que conversaram sobre a forma como seriam tramitados os projetos e que ao chegar a esta Casa não se cumpre o regimento mais uma vez. E relembrou mais uma vez que não é contra o PL, que estudou o projeto e que pode discutir com muita propriedade sobre o consorcio e que não irá votar nada em dúvida e que sua dúvida não é sobre o PL e sim sobre a forma regimental com que está sendo conduzido nesta Casa. E acrescentou que o vereador Ricardo fica sem saber o que irá fazer. Em seguida Mauricio Borges disse que são projetos de suma importância para a saúde de Mariana e que vê que em projeto dos professores tiveram essa mesma situação e diante da relevância para poder dar esse apoio aos professores sugeriu-se também que fosse votado em única discussão e votação, mas que o vereador João Bosco solicitou as vistas que é do direito dele. Em seguida, passou a palavra para o Secretário Danilo Brito fazer suas considerações. Com a palavra Danilo Brito disse que reiterando, a questão do impacto financeiro do projeto de lei nº 34/2021 não é necessário uma vez que estão pedindo autorização da Câmara para poder ingressar no Consórcio, então nesse momento, consultou o planejamento e não foi necessário, em relação ao impacto do projeto de lei n º 35/2021 ele realmente tem que trazer as demais Secretarias, e que ele traz a seguinte situação com base nos cálculos de gasto com o pessoal previsto nesse projeto de lei em tela, o impacto projetado para o ano de dois mil e vinte e um é de oitenta mil, equivalente a 0,02% da receita corrente liquida e que traz considerando que isso

já tramitou na Casa e inclusive foi aprovado e ainda considerando os projetos de lei enviados e aprovados por esse legislativo acrescenta os seguintes novos índices de despesa com o pessoal a ser incorporado ao índice atual de 37,64 % da receita corrente líquida e traz projeto de lei aprovado que dispõe da revisão geral da remuneração dos servidores públicos da administração direta e indireta do Munícipio além do projeto de lei aprovado que cria a Secretaria de Esporte e Evento e o terceiro o projeto de lei que dispõe de o adicional de periculosidade a ser concedido para os servidores, e disse a Marcelo que se ler com atenção irá ver que faz parte porque isso tramitou nesta Casa esse ano e disse que está falando porque tem propriedade para falar em relação ao planejamento, que o projeto apresenta um zelo no cuidado onde estão demonstrando o impacto e reiterando o que passou nesta Casa. Com a palavra Marcelo Macedo disse que pode ter certeza que ele lê todos os projetos e que as vezes pode cometer um equívoco, mas que lê com atenção e que tem como discutir o projeto como discutiram na reunião da manhã do Consórcio e que o que acontece é que sabe que na legislatura passada foram encaminhados vários projetos errados e que não está sendo diferente nessa gestão. Em seguida disse que Danilo poderia ter certeza que estará lendo todos os projetos, que irá discutir e votar de acordo com suas convicções e que não irá votar em dúvida. E que é dever dessa Câmara Municipal fazer o seu dever com responsabilidade e dar o voto que não venha prejudicar a população Marianense. Em seguida com a palavra o Secretário de Saúde Danilo disse que gostaria de deixar registrado que é obrigação e que nunca furtou dela, que todas as vezes que a Câmara o chamou fez questão de estar presente, como estará em qualquer momento que precisar porque é dessa forma e que conforme Marcelo disse não tem dúvida do PL e que a questão é interna de tramitação do processo. Em resposta Marcelo disse que já disse que não concorda com a forma regimental. Continuando Danilo disse que sempre que for convocado, convidado, estará presente porque a politica publica é isso, tem que passar por várias discussões e que não estaria ali defendendo um processo indefensável no momento de pandemia e disse que gostaria de agradecer a atenção de todos e de pedir urgência nesse processo diante do que estão passando e que quem é cobrado é o Secretário de Saúde e os Vereadores e disse que precisa muito da atenção de todos nesse momento. Com a palavra o vereador Fernando Sampaio disse a Marcelo Macedo que entende sua colocação, mas que não tiveram desgaste e que concorda em votar o projeto em única discussão e votação. Posteriormente Marcelo Macedo disse que concordaria com ressalvas na ATA em plenário, se assim todos entendessem ele concorda. Fernando Sampaio questionou quais ressalvas. Em resposta Marcelo Macedo disse que a ressalva de não estar tramitando regimentalmente amparado de acordo com o regimento interno. Posteriormente Fernando Sampaio questionou qual a dúvida do vereador Marcelo Macedo em relação a tramitação do projeto de lei. Marcelo disse que está errado, que não pode ser dessa forma, que receberam o projeto dia quatro e ele foi colocado nas

Comissões no dia de hoje e não foi lido em Plenário. Fernando Sampaio disse que regimentalmente ele teria que ser lido hoje e que estavam adiantando a discussão do projeto, e que Danilo estava ali para retirar as dúvidas, para ser votado as dezesseis horas. Marcelo disse que a única coisa que estava questionando é a forma como está sendo tramitado os projetos nesta Casa e disse que Fernando Sampaio participou da reunião com os quinze vereadores na Câmara e que houve o compromisso do Presidente da Câmara, do procurador com as Comissões que iria tramitar regimentalmente todos os projetos e acrescentou dizendo que não estava acontecendo, afirmando novamente não ser contra o projeto, mas que o que foi acertado em reunião com os vereadores é diferente do que está acontecendo hoje. Fernando Sampaio disse que é diante da urgência do projeto, diante da pandemia e que não concorda que está sendo tramitado erroneamente e que estamos discutindo o projeto agora para retirar as dúvidas com Danilo Brito. E se houver concordância de votar em única discussão e votação será dado um intervalo para as Comissões reunirem, mas estão adiantando para se caso algum membro das Comissões possuir dúvidas ou algum vereador, já possa tirar de uma vez e por isso diz que o projeto irá tramitar de forma correta e como o regimento diz que deve ser. Com a palavra Marcelo Macedo disse que ele vai para o Plenário. Posteriormente Mauricio Borges informou que Danilo Brito iria se ausentar da reunião, haja vista que possuía outros compromissos e agradeceu a presença do Secretário por vir até esta Casa para sanar as dúvidas sobre o projeto. Com a palavra o vereador Edson Agostinho disse que como membro da Comissão sugere que, como Danilo retirou as dúvidas, não colocar o parecer em votação, deixar em Plenário, porque tramitou legal. Mauricio Borges em seguida disse que é muito pertinente a fala do vereador e disse que irão fazer dessa forma. Sendo assim, o Projeto de Lei nº 35/2021 de autoria do Prefeito Municipal em Exercício foi deixado para ser apreciado na reunião ordinária das dezesseis horas do mesmo dia. Com a palavra Fernando Sampaio disse que o vereado Edson Agostinho foi sábio e que a discussão foi adiantada para retirar as dúvidas e que concorda que o parecer só pode ser dado depois que for lido. Com a palavra o vereador Marcelo Macedo disse que essa questão de levar para dar o parecer nas Comissões ele concorda, mas os projetos são discutidos nas Comissões e que deve dar o parecer e encaminhar ao Plenário e disse que não está errado que seria em reunião extraordinária ou então na hora alguém pedir única discussão e votação porque o projeto não foi lido ainda, sendo depois da leitura dos projetos e que concorda. Edson Agostinho disse ser um projeto de suma importância e que como o Secretário tirou as dúvidas, devemos ler ele e se tiver concordância de todos, é o bom senso. Com a palavra Mauricio Borges disse que como o projeto vai ser lido ele vê que é importante a presença do Secretário estar presente antecipadamente a reunião extraordinária para que todos vereadores possam sanar a suas dúvidas e ouvir a explanação do Secretário em relação ao projeto e que vê que a presença do Secretário Danilo na Comissão, independente do

projeto ainda não ter sido lido, de suma importância para todos e disse que tem que dar esse espaço. Com a palavra o vereador Fernando Sampaio disse que no seu entender o parecer desse projeto só pode ser dado no intervalo da reunião. E se não tiver concordância deve ser votado na próxima semana. Com a palavra Marcelo Macedo disse que concorda que o projeto tem que ser lido para depois ser pedido em única discussão e votação e que é diferente do que está acontecendo, que estão com um projeto em pauta na discussão que não foi lido em Plenário e que é isso que ele está questionando. Com a palavra Mauricio Borges disse que o projeto não está em pauta, que foi dada a oportunidade do para o Secretário explanar sobre o projeto. Dando continuidade à reunião passou-se para o próximo Projeto de Lei n ° 18/2021 autor vereador Pedro Ulisses Coimbra regula a obrigatoriedade de transporte intermunicipal público gratuito para universitários e estudantes de curso profissionalizantes, e conforme oficio encaminhado Mauricio Borges passou a palavra para Pedro Ulisses Coimbra Vieira autor do projeto de Lei, para poder fazer sua explanação a cerca do projeto de Lei, com a palavra Pedro Ulisses disse que como foi dito na semana passada esse projeto foi remetido para a Secretaria de Educação, para a Secretária poder sanar dúvidas pertinentes ao projeto e que a primeiro momento defendeu dizendo que ele é totalmente constitucional, salientando que dessa forma sanou dúvidas de alguns vereadores e citou resolução que abrange sobre o vereador poder propor projetos de leis que gerem gastos para o município, e finalizou acrescentando que esse projeto é de grande importância, haja vista que precisam buscar sempre melhorias para a área da saúde e para a educação, que hoje no município existem várias empresas como a Vale e a Samarco que sempre contratam mão de Obra de fora, alegando que o município não tem mão de obra qualificada e por isso pede a votação favorável para abordar e dar oportunidade para pessoas que não possuem condições poderem usufruir deste transporte gratuito, dando exemplo de Belo Horizonte, Itabirito e que essa é a ideia principal e por isso solicita o voto favorável ao projeto que irá abrir caminhos para as pessoas que não possuem oportunidade, principalmente as de Distritos e Subdistritos. Com a palavra Edson Agostinho disse que jamais iria votar contra uma lei que beneficie estudantes mas disse que estava com uma lei em mãos de nº 1845/2004 artigo primeiro da lei de nº 1254/1996 fica o prefeito municipal autorizado a conceder passe escolar, transporte ou ajuda de custo ao estudante na faculdade de ensino médio e superior fora da circunstancia do município de Mariana e disse que jamais vai votar contra o estudante e acrescentou dizendo que a lei de nº1845/2004 altera a lei de nº 1254/1996 e que precisam analisar como essa lei está funcionando para votar o projeto. Em seguida, Mauricio Borges disse que também está com essa lei em mãos do dia oito de junho sancionada em dois mil e quatro do Prefeito Municipal e em seguida passou a palavra para o vereador Ricardo Miranda e disse que como orientou o vereador Pedro Ulisses sobre importância da área da saúde e da educação e que também é favorável. Em seguida Mauricio questionou a Edson Agostinho se mesmo com

as considerações realizadas qual seria seu parecer. Dessa forma Edson Agostinho disse que gostaria de ouvir sobre a lei e que o autor da lei deveria pedir que essa lei fosse reajustada haja vista que já existe uma lei. Com a palavra Mauricio Borges disse que deixarão sobrestado para que ele possa trazer considerações em relação a essa lei já existente n º 1845/2004 para não ter conflito porque já existe uma lei a qual já existe ajuda de custo para os estudantes e que vê que o projeto é de grande relevância, mas que não pode deixar que vereador Edson Agostinho não tenha os esclarecimentos. Com a palavra o vereador Edson Agostinho disse que a lei de nº 1845/2004 veio a alterar a lei de n º 1254/2006 e que deveriam pegar essas leis e ver o que está ponderando e ajudar. Com a palavra Pedro Ulisses disse que pelo que entendeu essa lei que o Senhor Edson Agostinho disse é uma ajuda de custo e que é totalmente diferente do que está propondo, já que sua lei visa o transporte gratuito e disse que gostaria de solicitar a presença do procurador da Casa para explicar sobre a lei. Com a palavra o vereador Fernando Sampaio disse que no seu entender caminha com o vereador Edson Agostinho e que se já existe uma lei que tata desse assunto, para fazer uma nova lei ela deve ser revogada hoje. E que quando se fala em pagar integral ou ajuda de custo, todas são ajuda de custo e acrescentou que como já existe uma lei, a outra vai conflitar com a já existente.Com a palavra o procurador da Casa, Corjesus Quirino disse que a principio havendo iniciativa baseado no artigo setenta e três, terceiro da lei orgânica que o vereador não poderia apresentar nenhuma proposição que gerasse aumento de despesa ou custo para o Executivo, no entanto em dois mil e dezesseis isso caiu por terra segundo o STF ficando qualquer iniciativa do vereador mesmo que ela onere os cofres públicos, a cargo do prefeito se manifestar vetando ou sancionando a lei. Então nesse caso, como já foram criticados da Comissão fazer requerimento pedindo informação ao Executivo, disse que esses requerimentos ao Executivo são exatamente para poder evitar esse tipo de desgaste e que fazem conforme fizeram nesse projeto do vereador Pedro Ulisses, o qual não obtivemos resposta, infelizmente, até a presente data, mas ele mesmo trouxe essa informação para nós que o Município concede vale transporte e o tema do projeto dele é a concessão total e veiculo custeado pelo poder público para que os estudantes possam embarcar e estudar em cidades fora do município e mediante regulamentação do Município e cadastros, dessa forma a viabilidade da lei não depende deles. E que o vereador estaria impedido se não fosse o julgamento do STF em dois mil e dezesseis, e uma vez não estando impedido, muda o posicionamento do prefeito municipal e ele terá que dirimir em questão da efetividade da lei e que ele pode não sancionar uma lei e pedir a revogação da outra e encaminhar para esta Casa o pedido de revogação. Em seguida Mauricio Borges questionou qual o parecer da Comissão de Legislação, Finanças e Justiça na parte da manhã. Corjesus disse que na questão, não foi pedido o parecer contábil, uma vez que não conseguiram apresentar custo e que seria um segundo passo, uma vez aprovada a lei do

vereador e sancionada, o prefeito abriria procedimento licitatório ou através de cooperativa de licenciamento de transporte e assim seria possível ver o custo deste trabalho para então voltar para esta Casa e a Rita dar o seu parecer contábil a respeito, haja vista que não sabem para onde será concedido o transporte. Com a palavra Fernando Sampaio disse que a lei é de obrigatoriedade e não autorizativa. Continuando Corjesus Quirino disse que é uma lei que torna obrigatório o transporte e constitucionalmente a autorização para o transporte passa a ser fundamental. Com a palavra o vereador Marcelo Macedo disse que gostaria de questionar ao procurador se já tem o parecer da Comissão de Finanças, Legislação e Justiça. Em seguida Corjesus disse que sim, que possui o parecer favorável da Comissão e inclusive apresentou o parecer jurídico para poder fundamentar a legalidade e que diga-se de passagem ou irão criar um termo de conduta ou então o agravante será vários projetos de lei dessa natureza e que entendem o intuito do vereador mas que o prefeito pode veta-las mesmo com a decisão do STF e que isso pode recair sobre o Presidente, dando exemplos de leis anteriores onde foi vetado pelo prefeito e não foi promulgado pelo vereador Edson Agostinho, em virtude do exaurimento do mandato. Dessa forma disse que deixaram o entendimento para o vereador que ele é livre em suas preposições. Além disso, disse que a soberania do plenário deve prevalecer e que uma vez sabendo que contem vício de iniciativa esse projeto deveria ser encaminhado pelo prefeito municipal e acrescentou dizendo que em dois mil e dezesseis já foi derrubado, mas não pode ser omisso quando assina um parecer que tem vício de iniciativa e nesse caso cabe ao Plenário discutir sobre esse projeto de lei do vereador Pedro Ulisses e futuramente cabe a procuradoria do município manifestar sobre o tema, vetar ou não, e ao prefeito regulamentar ou não. Com a palavra o vereado Pedro Ulisses disse que gostaria de solicitar ao procurador esclarecer que o vereador Edson Agostinho deixou claro que em se ponto de vista já existe uma lei aprovada no Município e que gostaria de saber se impede esse projeto de ser tramitado e se cabe ao Prefeito revogar uma lei e sancionar outra. E disse que no seu entendimento não impede de a lei ser passada hoje e ir para o prefeito sancionar ou não. Em seguida, com a palavra Corjesus disse que se o prefeito decidir sancionar a lei devera criar um projeto de lei pedindo revogação das leis antigas que versão sobre o tema, inclusive ao Ministério Público, e que encaminhar o projeto para esta Casa para que o Plenário decida sobre essa revogação. Com a palavra o vereador Edson Agostinho disse que quer deixar claro que não é contra e que todo benefício que puder ser votado para ajudar os estudantes devem votar, e só está falando sobre as leis já existentes. Com a palavra Fernando Sampaio questionou que ele disse que existe um artigo na lei orgânica que proíbe o vereador de fazer qualquer projeto que gere gasto ao Município, e Corjesus disse lei Orgânica Municipal nº 73 artigo terceiro, em seguida Fernando Sampaio disse que na sua concepção enquanto esta lei estiver em vigor devemo mexer com a lei orgânica e tirar esse artigo porque se a nossa lei proíbe, então

ela vale. Dessa forma Corjesus disse que concorda e que poderiam unir os quinze vereadores e traçar um termo de ajustamento de conduta, no sentido de que nesse termo prevalece a lei orgânica. Então Fernando Sampaio disse que o projeto é ilegal. Com a palavra Corjesus disse que o projeto não é ilegal e que acima do regimento da nossa lei orgânica, está a Constituição do Estado. Fernando Sampaio disse que a lei orgânica proíbe e se proíbe é ilegal. Prosseguindo Corjesus Quirino disse que sim e que já foi derrubado isso pela Constituição pelo STF. Então, Fernando disse que devemos tirar da nossa lei orgânica, já que as outras leis não tratam. Com a palavra Corjesus disse que entende o ponto de vista e que diante da revisão que estão fazendo da lei orgânica e do regimento interno terão que contar com essa alteração que foi feita pelo Supremo e que não podem desrespeitar ordens do Supremo Tribunal Federal, que alterou a ordem no Brasil. Com a palavra Pedro Ulisses disse que mesmo que esse projeto seja votado e aprovado a pergunta é cabe ao Prefeito vetar esse projeto ou sancionar e em relação a essa lei de mil novecentos e noventa e seis que Edson Agostinho trouxe para informação, gostaria de saber se cabe ao prefeito por entender que ela é melhor do que a que está em vigência ou cabe aos vereadores tentar revogar essa lei. Dessa forma, Corjesus disse que o pedido de revogação deve vir, via prefeito. Com a palavra Edson Agostinho disse que não irá se posicionar enquanto sua dúvida não for sanada. Em seguida Marcelo Macedo disse que para contribuir com o vereador Pedro Ulisses e diante da importância do projeto, disse não conseguir entender já que essa situação deveria ter sido resolvida na Comissão de Finanças, Legislação e Justiça. E que estamos em uma Casa de Leis e se essa Casa de leis não tem o entendimento de que existia outro projeto, estamos na contramão. E que o que deve ser feito é chamar o vereador Pedro Ulisses, junto as Comissões, para informar para ele o que está acontecendo para tentar melhorar o projeto dele, para não chegar em Plenário e ficar nessa indecisão, disse que entendem o que acontece com o projeto e que sabem a intenção do vereador, mas ele fica frustrado com o trabalho dele e que devem analisar melhor, e que sabe do trabalho do procurador e que ele é profundo conhecedor do regimento interno e da lei orgânica. E disse ao vereador Pedro Ulisses que se precisasse de ajuda, iria ajudar para construir o projeto junto e acrescentou dizendo que existe um caminho de revogar a lei e que podem sentar, discutir e melhorar o projeto para se for preciso fazer emenda em seu projeto e por isso deve-se discutir com calma e com paciência para avaliar o que se pode fazer. Então, disse que as discussões estão sendo realizadas apenas nessa comissão e que precisam evitar e que devem todas as comissões discutir o projeto, assim como é discutido nessa Comissão e dessa forma dar ao vereador o seu direito. E parabenizou o vereador Pedro Ulisses dizendo que sabe que sua intenção é de ajudar, auxiliando pessoas que não tem condições de pagar transporte. Dessa forma Mauricio declarou seu voto favorável ao projeto de lei nº 18/2021 após explanação do procurador da Casa. Passando para o projeto de lei de nº 21/2021 de autoria do vereador Edson

Agostinho de Castro Carneiro que institui ações de prevenção sobre violência contra o idoso como parte das atividades da Atenção Primária da Saúde da Família desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde da prefeitura municipal de Mariana. Com a palavra Edson Agostinho explanou que seu projeto visa ações em relação a violência contra o idoso bem como o encaminhamento de casos detectados ou denunciados aos órgãos competentes para fins de investigação ou ações cabíveis. Solicitando inclusão desses termos na atenção primária do Município. Em seguida o vereador Ricardo Miranda disse que já se manifestou sobre o projeto anteriormente e disse ser indiscutível quando se fala de maus tratos aos idosos e disse ser totalmente favorável. Com a palavra, Mauricio Borges disse que como o vereador Edson Agostinho não pode votar por ser projeto de sua autoria solicitou ao vereador José Sales de Souza para que dê se voto. Com a palavra José Sales deu parecer favorável. Dessa forma Mauricio Borges anunciou o parecer favorável do projeto de lei n° 21/2021. Em seguida passou para o próximo projeto de lei de nº 23/2021 de autoria do Prefeito Municipal em exercício que proíbe a utilização, queima e soltura de fogos de artificio e artefatos pirotécnicos proibido em todo o território de Mariana e dá outras providências. Com a palavra Edson Agostinho disse que vota favorável e gostaria que tivesse uma emenda do vereador José Sales, sobre correção. Com a palavra Ricardo Miranda deu parecer favorável. Dessa forma o projeto de lei nº 23/2021 teve parecer favorável. Em seguida Mauricio Borges disse ao vereador Ricardo Miranda que o projeto de lei nº 8/2021 de sua autoria estaria em discussão no mesmo dia no Plenário em votação haja vista que a Comissão já deu parecer favorável. Passando para o projeto de lei nº 24/2021 de autoria do Prefeito Municipal em exercício, que estabelece deveres de cuidados e penalidades a quem praticar em animais domésticos, atos de maus tratos e abandono, ação ou omissão dolosa ou culposa que implique em crueldade, cause dor, angustia ou sofrimento a eles ou aqueles que não prestarem o devido atendimento as suas necessidades no âmbito municipal e da outras providencias. Com a palavra Ricardo Miranda deu parecer favorável e em seguida o vereador Edson Agostinho também. Dessa forma o projeto de lei nº 24/2021 teve parecer favorável. Passando para o projeto de lei nº 29/2021 de autoria do Prefeito Municipal em exercício que institui o serviço de controle reprodutivo de caninos e felinos no Município de Mariana e dá outras providências. Com a palavra o vereador Ricardo Miranda deu parecer favorável e posteriormente o vereador Edson Agostinho deu parecer favorável e dessa forma o projeto foi aprovado. Passando para o projeto de lei nº 30/2021 de autoria do Prefeito Municipal em exercício cria o fundo municipal de proteção e bem estar animal e dá outras providencias. Com a palavra Ricardo Miranda deu parecer favorável, e em seguida Edson Agostinho também. Dessa forma o projeto teve parecer favorável. Em seguida passou-se para o projeto de lei nº 32/2021 de autoria do prefeito Municipal em exercício que institui no Município de Mariana o auxilio emergencial do segmento turístico, cultural como política

pública estratégica no enfrentamento das consequências da pandemia do Coronavírus. Com a palavra Ricardo Miranda deu parecer favorável, em seguida o vereador Edson Agostinho também. E dessa forma o projeto obteve parecer favorável. Em seguida, com a palavra o vereador Ricardo Miranda disse que gostaria de perguntar porque foi lido todos os pareceres e seu projeto de lei nº 31/2021 não foi lido. Em resposta o vereador Mauricio Borges disse que o projeto não foi discutido pela Comissão de Finanças, Legislação e Justiça e por isso não houve a discussão. Em seguida Ricardo Miranda pediu intervalo para poder dar o parecer sobre seu projeto. Dessa forma o pedido foi deferido. Em seguida o vereador Fernando Sampaio disse que Ricardo Miranda deverá pedir na reunião ordinária para ser votado e se o presidente concordar deve se dar o intervalo na reunião. Dessa forma o projeto foi deixado para ser discutido na reunião ordinária. **Encerramento:** não havendo mais nada a tratar, em nome de Deus e de todos os cidadãos Marianenses, Mauricio Borges encerrou a reunião as quinze horas e cinquenta e sete minutos.